

ATA DA 142ª ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA
Realizada em 07 de maio de 2018

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e dezoito, às nove horas e quarenta minutos, iniciou-se a centésima quadragésima segunda Assembleia Extraordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA/ PE**, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE, com o objetivo de discutir sobre a implantação de um sistema integrado de gestão de vagas voltado à redução e controle da superlotação de unidades de internação, limitando as internações de adolescente a capacidade instalada nas Unidades de Atendimento Socioeducativo, conforme disciplina a legislação vigente. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros: José Rinaldo carvalho da Silva, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social – **SDS/PE**; Tarciana dos Santos Castelo Branco, suplente da Associação de Desenvolvimento de Assistência Social de Itaquitinga/PE – **ADASI**; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – **SJDH**; Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco/PE – **CIEE/PE**; Maria José Rodrigues da Silva, titular da **SEPLAG**; Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio, titular da Associação de Caratê *Goju-Ryu* de Pernambuco; Romero José da Silva, suplente do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – **GAJOP**; Nelino José Azevedo, titular da Secretaria Estadual de Educação – **SEE**; Natuch Pinto Lira, suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – **CENDHEC**, Maria José Galvão Gueiros, suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – **SDSCJ/PE**. **Registra-se** presença da equipe técnica do **CEDCA/PE**: Evanilson Alves de Sá, Sheila Ferreira; Gicélia Souza; Jacqueline Bezerra; Marcia Santos; Irani do Carmo; Ana Elisabeth H. de Castro; Ana Leão; Kalline Gabrielle Silva; e da Diretora Executiva Rosa Barros. Registra-se também a presença dos seguintes convidados: Maria das Neves Cunha e Iris Borges, **FUNASE/PE**; Maria Alice Lafaiete e Maira P. L. Bautista, **TJ/PE**; Luiz Guilherme Lapenda, **MP/PE**; Caroline Izidoro do Nascimento, **DD/PE**; Nivaldo Pereira da Silva, Conceição Ferreira B. de Melo e Silvino Neto, **FORUM – DCA/PE**. Iniciando os trabalhos, após verificar o *quórum*, o presidente procedeu a leitura da pauta, e, em seguida, submeteu ao regime de aprovação a Ata da Assembleia Ordinária 349ª e a Ata da Assembleia Extraordinária 141ª, que, após a leitura, foram aprovadas sem ressalvas, por unanimidade dos conselheiros. Prosseguindo, convidou a assessora Irani Carmo, para apresentar os elementos estruturantes à implantação da Central de Vagas, ancorando-se nos modelos em execução nos estados do Rio Grande do Norte – RN e Santa Catarina – SC. A assessora, chamou a atenção dos presentes esclarecendo que o indicativo à instalação de uma Central de Vagas surgiu na assembleia avaliação do **PEDAS/PE** e o referido mecanismo só será possível mediante a integração do Sistema de Garantias de Direitos – **SGD**. Tomando a palavra, o conselheiro do **GAJOP** afirma que a discussão de **CEDCA/PE** fundamentou-se na necessidade da gestão de fluxo entre o órgão gestor e o órgão executor. Para tanto, propõe que o enfrentamento se dê de forma incisiva, para que se rompa com lógica na qual o princípio da responsabilização se sobrepõe ao princípio do sistema de proteção. A representante da Fundação de Atendimento Socioeducativo – **FUNASE/PE**, Iris Borges situa que a perspectiva de inauguração das três unidades de atendimento socioeducativo em construção, motivou a **FUNASE/PE** a visitar as experiências em execução no Rio Grande do Norte, em Santa Catarina e no Ceará e, com base nos modelos em execução, a Câmara Técnica da **FUNASE/PE**, com a participação do

Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública, elaborou uma minuta de resolução para a implantação da Central de Vagas. Retomando a fala, o conselheiro do **GAJOP**, agradece os esclarecimentos, afirmando ser estranho todas as discussões serem realizadas com a ausência do **CEDCA/PE**. Representante do MP/PE, tendo-se em vista o mecanismo já ter sido discutido com a Secretaria de Planejamento e Gestão – **SEPLAG/PE**, também estranhou a ausência do **CEDCA/PE**. Acrescenta que o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e Defensoria Pública Estadual participam do processo discursivo, mas entende que a pauta tem natureza executiva e pertence a **FUNASE/PE**. A representante do Poder Judiciário esclarece que a questão da Central de Vaga, encontra-se na pauta do Pacto pela Vida, foram realizadas algumas reuniões, na qual se tentou responder algumas questões, a exemplo: Por que não tem vaga? Não tendo, o que fazer? Prosseguindo, o conselheiro Romero Silva, solicita permissão para realizar a leitura da Nota Técnica – Sistema Integrado de Gestão de Vagas no Sistema Socioeducativo de Pernambuco elabora pelo **GAJOP**, voltada à redução e controle da superlotação de unidades de internação, em função da capacidade de atendimento da Fundação de Atendimento Socioeducativo – **FUNASE/PE** e observância dos dispositivos legais e normativos pertinentes à aplicabilidade e execução do cumprimento da medida de privação de liberdade. Em especial o artigo 49, inc. II, da Lei Federal nº 12.594/2012 – **SINASE**, quando prescreve que são direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade [...]. Após a leitura do documento, o conselheiro distribuiu cópias com os demais, concluindo que o inc. II, do artigo 49, suscita um debate enorme, mas possível. Íris Borges, técnica da **FUNASE/PE**, esclarece, à luz das experiências empreendidas nos estados do Ceará, Santa Catarina e Rio grande do Norte, que o Sistema de Gestão de Vagas consiste em uma sala com equipamentos e profissionais que monitoram a entrada e a saída de adolescentes, muito parecido com os procedimentos adotados informalmente em Petrolina. A conselheira Maria José Galvão Gueiros esclarece que o fluxo só acontece onde tem equipe técnica preparada para atuar, acompanhando os casos em tempo hábil e um órgão executor preparado para abrir vagas destinadas aos casos mais graves. Retomando a condução da assembleia, o presidente propõe os seguintes encaminhamentos: a **FUNASE/PE** encaminhar, por e-mail, até quinta-feira, 10/05/2018, a minuta na sua versão atualizada, para entrar na pauta da Câmara Temática de Medidas Protetivas e Socioeducativas, na próxima assembleia, a ser realizada no dia 14 de maio de 2018; realizar reunião conjunta para apreciação da minuta, cabendo a Câmara decidir sobre a data. O representante do Ministério Público Estadual defende o caráter coletivo da construção da resolução, contudo, esclarece que a demanda é do Poder Executivo, sendo assim, quem deverá conduzir o processo e assumir a responsabilidade de encaminhar o documento ao governo é a **FUNASE/PE**. Preceitua, o ideal seria que a portaria tenha natureza conjunta, assinada pela Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público e Poder Executivo. A conselheira Tarcina Castelo Branco, reforça existir decisão do pleno, tomada em assembleia deste conselho, orientando que o conselho não tome parte de grupos de trabalho desta natureza. O encaminhamento é que a **FUNASE/PE**, elabore a resolução e encaminhe para deliberação pelo Conselho. Os encaminhamentos foram aprovados pelos presentes. Em seguida passou-se aos informes: dia 08/05/2018, homenagem à Escola de Conselho; 09/05/2018, Audiência Pública - FEPETIPE; 11/05/18 Assembleia Ampliada do Conselho de Assistência Social, com programação de debates sobre a política de assistência. Hoje à tarde, Reunião com representantes do **COMDICA/Recife**. Em relação ao II Congresso Brasileiro de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que ocorrerá de 14 a 16/05/18, em Brasília, a diretora executiva solicitou aprovação para a participação da conselheira Hemi Vilas Bôas e das técnicas Márcia Santos e Irani do Carmo, que foi

99 aprovada. O presidente do Conselho se volta para questão da escolha dos conselheiros
100 tutelar de Fernando de Noronha, determinando a inclusão da matéria na Câmara Temática de
101 Políticas Públicas na próxima assembleia. O conselheiro CEDHEC solicita a Diretora
102 Executiva convidar o gestor da DPCA, para que possa esclarecer a situação atual pelo qual
103 está passando. Retomando a condução dos trabalhos, o presidente agradece pela presença e
104 participação de todos, dando por encerrada a Assembleia.

105
106 **Arnaldo Garcia de Alencar Sampaio**
107 Presidente do CEDCA/PE
108
109

110 14 a 16/05/2018, participação da conselheira Hemi Vilas Bôas e das técnicas Marcia Santos e
111 Irani Carmo, em Brasília - DF